

Raix Biosoluções S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 267TR-012-PB



Índice

	Página
Relatório da administração sobre os resultados	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	7
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2025	17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS

Raíx Biosoluções S.A.

Divulga seus resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

I. CULTIVANDO O FUTURO COM RAÍZES FIRMES

Em um mundo em que os desafios climáticos pressionam cada vez mais o agronegócio, a Raíx se posiciona como uma empresa comprometida com a agricultura regenerativa e com a segurança produtiva dos agricultores brasileiros. Nascida da convicção de que é possível cultivar com mais inteligência, mais sustentabilidade e mais resultado, a Raíx construiu ao longo de mais de quinze anos uma posição de liderança no mercado de sementes de plantas de cobertura no Sul do Brasil e outras regiões.

Acreditamos que o solo fértil é a base de qualquer produção sustentável. E o desenvolvimento de sementes de plantas de cobertura está no coração do nosso negócio. Diferentemente das culturas comerciais, elas não são cultivadas para colheita, mas sim para proteger e regenerar o solo entre safras: controlam erosão, suprimem plantas daninhas, ciclam nutrientes, fixam nitrogênio biologicamente, aumentam a matéria orgânica e melhoram a estrutura física e biológica do solo. Quando combinadas em mixes de sementes tecnicamente formulados, elas geram benefícios agronômicos únicos e superiores para o produtor.

Em cada semente de cobertura que desenvolvemos, em cada mix tecnicamente formulado, em cada produtor que apoiamos, vemos o potencial de transformar a forma como a agricultura protege e renova seus ecossistemas produtivos. Nossa jornada é guiada pela inovação contínua, pelo rigor técnico e pelo compromisso genuíno com os resultados do produtor rural.

Comprometemo-nos com a sustentabilidade não apenas como um objetivo a ser alcançado, mas como um princípio que orienta cada decisão da companhia. Nossa plataforma tecnológica de mixes de plantas de cobertura é prova dessa dedicação em promover uma agricultura que respeita e enriquece os ecossistemas dos quais todos dependemos.

Nossa proposta de valor vai além de fornecer sementes. Trata-se de oferecer ao produtor um Sistema Agrícola completo, que reduz perdas de potencial produtivo, protege a lavoura das variabilidades climáticas, melhora a biologia do solo e eleva a rentabilidade ao longo do ciclo. É esse posicionamento que nos orienta: Raíx = seguro da produtividade.

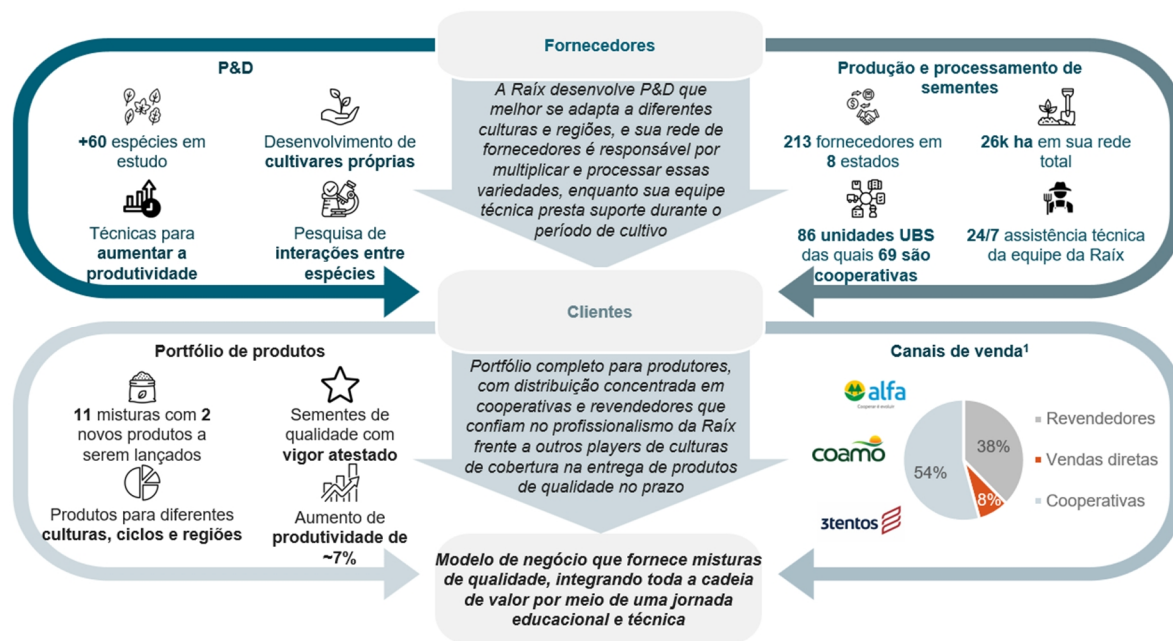
Acreditamos em um agronegócio que protege suas bases. Estamos construindo esse futuro, uma propriedade de cada vez. Junte-se a nós nessa missão.

II. DESCRIÇÃO DA COMPANHIA

Fundada em 2009 e sediada em Maravilha, Santa Catarina, a Raíx Biosoluções S.A. (CNPJ 10.928.920/0005-51) é a maior empresa de sementes de plantas de cobertura em mixes do Brasil. Desde sua concepção, o foco da companhia tem sido desenvolver, produzir e comercializar misturas de sementes tecnicamente superiores para a proteção e recuperação do solo, contribuindo para uma agricultura mais rentável, resiliente e sustentável.

A Raix opera com um modelo de negócios asset-light, altamente diferenciado, que integra toda a cadeia de valor, da pesquisa e desenvolvimento ao suporte técnico pós-venda, sem precisar ser proprietária das áreas de produção de sementes. O portfólio da companhia conta com mais de 26 SKUs de mixes de cobertura e sementes solteiras, desenvolvidos para diferentes culturas, regiões e janelas de plantio, atendendo produtores do Sul, Cerrado e MATOPIBA.

O modelo de negócios da Raix:



No que diz respeito à pesquisa e desenvolvimento, a Raix mantém programa próprio com mais de 60 espécies sob pesquisa ativa, sustentado por parcerias com mais de 20 instituições, incluindo Fundação ABC, UFSM, Embrapa, IDR Paraná, CCGL e FAPA. A companhia possui ainda quatro cultivares próprios em processo de registro, consolidando sua posição de liderança técnica no segmento.

A produção de sementes é realizada por meio de uma rede de mais de 200 multiplicadores parceiros distribuídos em 8 estados, com área total superior a 26 mil hectares. Esse modelo asset-light permite à Raix garantir padrão técnico e de qualidade elevados sem necessidade de imobilização de capital em terras próprias.

A distribuição dos produtos é realizada por canais diversificados, com vendas por meio de cooperativas (cerca de 38% do faturamento), revendas especializadas (cerca de 54%) e venda direta ao produtor (cerca de 8%), assegurando presença relevante nas principais regiões produtoras do país.

Por fim, a companhia conta com equipe técnica própria atuante em campo, responsável por apoiar produtores e canais de distribuição na correta adoção e uso dos mixes de cobertura, contribuindo para a efetividade agrônômica das soluções ofertadas e para o fortalecimento do relacionamento com os clientes.

Ao longo de sua trajetória, a companhia acumulou reconhecimento de mercado pela qualidade de seus produtos, pelo rigor técnico de seu processo produtivo e pelo relacionamento próximo com produtores e canais de distribuição, posicionando-se como referência em agricultura regenerativa no Brasil.

III. EM PERSPECTIVA: CONJUNTURA ECONÔMICA E IMPACTO NO RESULTADO

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente externo extremamente desafiador para o agronegócio brasileiro. Após um ciclo de margens historicamente elevadas que se encerrou em 2023, os produtores rurais enfrentaram nos últimos anos uma realidade marcada pela pressão financeira crescente, queda na rentabilidade das lavouras e forte restrição de crédito. A escassez de crédito bancário permaneceu como um dos principais condicionantes negativos ao longo de 2025. Com limites de financiamento insuficientes para a aquisição do pacote completo de insumos tecnológicos, o comportamento predominante dos produtores foi o de comprar apenas o essencial para a implantação da lavoura, postergando a aquisição de insumos considerados não essenciais - categoria na qual os mixes de plantas de cobertura frequentemente se enquadraram ao longo da safra. A taxa SELIC iniciou 2025 em patamar elevado, em 12,25% ao ano, sendo esse patamar herdado do ciclo de aperto monetário iniciado no segundo semestre de 2024. Seguiu em trajetória ascendente ao longo do primeiro semestre, atingindo 15,00% ao ano em junho de 2025, maior nível desde julho de 2006. Nas reuniões de julho, setembro e novembro, o Copom optou por manter a taxa estável nesse patamar, encerrando dezembro em 15,00% ao ano, com a política monetária permanecendo deliberadamente restritiva e sem sinalização de cortes no curto prazo. Já o preço das commodities agrícolas seguiu pressionado, especialmente a soja, o que reduziu a margem de manobra financeira dos produtores. No Rio Grande do Sul, as vendas de fertilizantes fecharam aproximadamente 20% abaixo do ano anterior, sinalizando um plantio realizado com menor nível de investimento por hectare.

Nesse ambiente, o mercado de sementes de plantas de cobertura enfrentou desafios estruturais significativos: o avanço do modelo on farm, no qual produtores médios e grandes passaram a formular seus próprios mixes comprando espécies separadas, o crescimento da informalidade com sementes piratas comercializadas entre 30% e 50% abaixo do preço de mercado, e a entrada de novos concorrentes com estruturas mais leves e preços menores. Esses fatores levaram a uma desaceleração pontual da demanda por mixes prontos, especialmente no que tange à percepção de valor por parte dos canais de distribuição, que passaram a priorizar produtos de maior giro e maior margem.

IV. DESEMPENHO FINANCEIRO

Lucro bruto operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Raíx registrou uma receita bruta de R\$92.888, comparada a R\$83.030 no exercício anterior, representando crescimento de aproximadamente 12%. As deduções totalizaram R\$32.399, impactadas principalmente pelo elevado volume de devoluções de vendas de R\$30.586, reflexo do cenário de forte pressão financeira sobre produtores e canais ao longo do ano. Com isso, a receita líquida atingiu R\$60.489, ante R\$67.698 no exercício anterior, representando uma redução de 11%.

O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$48.834, resultando em lucro bruto de R\$11.656, correspondente a uma margem bruta de 19,3%. Essa margem se mantém em linha com os 21,8% registrados no exercício anterior, e foi impactada principalmente pelo alto custo do estoque remanescente da safra anterior e pelas vendas de sementes solteiras realizadas com margens reduzidas como instrumento de geração de caixa e redução de estoques. A Companhia acredita que o ajuste da base de origem e o reequilíbrio do portfólio de vendas permitirão a recuperação gradual das margens nos próximos exercícios.

Despesas gerais, administrativas e comerciais: “SG&A”

Na frente de despesas, a Companhia adotou medidas intensivas de racionalização. O SG&A totalizou R\$33.112 no exercício, representando 55% da receita líquida, ante R\$29.098 em 2024 (43% da receita líquida daquele exercício). O aumento em termos absolutos reflete principalmente o crescimento das despesas com pessoal e administrativas decorrentes da estrutura montada para suportar a expansão da companhia. Ainda que o nível de despesas permaneça elevado em relação à receita, a Companhia implementou reduções significativas na estrutura ao longo do segundo semestre de 2025, com cortes em logística, marketing, pessoal e despesas gerais, cuja evolução se refletirá de forma mais expressiva no exercício seguinte.

EBITDA

Como consequência do nível de despesas ainda elevado quando comparado à receita e da compressão de margem bruta, o EBITDA Contábil do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R\$18.171, representando margem de -30,9%, ante EBITDA negativo em R\$13.369 no exercício de 2024 (margem de -20,0%).

A tabela a seguir apresenta a conciliação do EBITDA:

	2025	2024
Prejuízo antes do resultado financeiro	(21.153)	(14.237)
Depreciação de direitos de uso (arrendamentos)	2.162	560
Depreciação e amortização	820	308
EBITDA Contábil	(18.171)	(13.369)

Os resultados do exercício refletem tanto os desafios externos enfrentados pelo agronegócio, quanto os esforços internos de reestruturação racionalização da Companhia. Com a implementação das medidas estratégicas em curso, a administração acredita que as bases para recuperação de rentabilidade estão sendo construídas para os próximos exercícios.

V. MUDANÇAS EM CURSO

No campo estratégico, a Companhia iniciou um amplo processo de reposicionamento comercial, passando a comunicar ao mercado a proposta "Raíx como Seguro da Produtividade", que redefine a categoria do produto, saindo da competição de preço em mistura de sementes para uma narrativa de proteção de produtividade, redução de risco e retorno econômico mensurável por hectare. Paralelamente, foi implementada a reestruturação do modelo Go-to-Market (GTM), com redesenho dos canais de distribuição, maior foco em canais técnicos alinhados à agricultura regenerativa.

Também foram iniciados projetos de inovação e expansão de portfólio, com destaque para o desenvolvimento do produto Pellet (biológicos em formato de pellet para aplicação conjunta com sementes de cobertura) e para testes de campo na cultura do Sorgo, posicionando a Companhia em novas frentes de crescimento futuro.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Jamel Cecílio, 2929 Ed Brookfield
Towers, sala 2701 Torre B - Jardim Goiás,
Goiânia (GO)
T +55 62 3215-8444
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Cotistas da
Raix Biosoluções S.A.
São Miguel do Oeste – SC

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Raix Biosoluções S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raix Biosoluções S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Ausência de análise de vida útil econômica, recuperabilidade (*impairment*) e controle patrimonial de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldos de ativo imobilizado nos montantes de R\$6.621 mil. Até a data de conclusão de nossos trabalhos não estavam disponíveis controles patrimoniais adequados que permitissem a conciliação entre os bens físicos e os registros contábeis, bem como não haviam sido concluídos as revisões das vidas úteis econômicas e dos valores residuais dos ativos e a avaliação de recuperabilidade. Em decorrência dessas limitações, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente acerca da existência, integridade, mensuração e recuperabilidade dos ativos imobilizados registrados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos do ativo imobilizado, nas despesas de depreciação, nos correspondentes efeitos tributários e nas respectivas divulgações constantes das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Valores correspondentes ao exercício anterior - comparabilidade

Conforme descrito em nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido em 28 de maio de 2025, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos de estoques existentes em 1º de janeiro de 2024, em razão da impossibilidade de acompanhamento da contagem física desses estoques e da inexistência de procedimentos alternativos que permitissem sua validação. Uma vez que os estoques iniciais afetam a determinação do custo dos produtos vendidos e, conseqüentemente, o resultado do exercício de 2024, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos valores correspondentes da demonstração do resultado apresentados para fins comparativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 continha ressalva em decorrência desse assunto. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício corrente também contém ressalva quanto aos possíveis efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores correspondentes apresentados para fins comparativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria, emitido em 28 de maio de 2025, continha ressalva quanto a ausência de acompanhamento de inventários vinculados ao exercício anterior daquele exercício (saldos iniciais) que poderiam ter impactado o respectivo custo dos produtos vendidos do exercício de 2024. Assunto, que, devido a sua relevância, ainda impactam a comparabilidade do presente exercício, conforme descrito no segundo parágrafo da seção “Base para opinião com ressalvas” do presente relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Exceto pelos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 30 de julho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC GO-001.661/F-9



Thiago Henrique Vasconcellos Crisol
Contador CRC 1SP-332.589/O-6 T-GO

Raíx Biosoluções S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.240	27.735
Contas a receber de clientes	5	6.502	7.372
Estoques	6	45.952	52.826
Impostos e contribuições a recuperar	7	8.898	8.087
Outros créditos	-	4	2.005
Total do ativo circulante		69.596	98.025
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	1.476
Investimentos	-	34	25
Imobilizado	8	6.621	2.003
Direito de uso	9	9.019	4.794
Intangível	-	1.338	342
Total do ativo não circulante		17.012	8.640
Total do ativo		86.608	106.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raíx Biosoluções S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	9.377	31.945
Fornecedores	11	8.961	15.572
Contas a pagar de arrendamentos	9	1.504	2.551
Salários, provisão de férias e encargos sociais	-	2.255	4.100
Impostos e contribuições a recolher	-	26	28
Adiantamentos de clientes	12	23.137	36.129
Outras obrigações	-	9	7
Total do passivo circulante		45.269	90.332
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	14.894	-
Contas a pagar de arrendamentos	9	8.301	2.508
Total do passivo não circulante		23.195	2.508
Total do passivo		68.464	92.840
Patrimônio líquido			
Capital social	14	52.290	20.290
Reserva de incentivos fiscais	-	8.660	8.660
Prejuízos acumulados	-	(42.806)	(15.125)
Total do patrimônio líquido		18.144	13.825
Total do passivo e do patrimônio líquido		86.608	106.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raíx Biosoluções S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	60.489	67.698
Custos dos produtos vendidos	16	(48.834)	(52.971)
Lucro bruto		11.655	14.727
Despesas comerciais	17	(12.484)	(12.940)
Despesas com pessoal	17	(8.852)	(8.212)
Despesas administrativas e gerais	17	(11.777)	(7.946)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	305	134
Prejuízo operacional		(21.153)	(14.237)
Resultado financeiro	18	(5.052)	(634)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(26.205)	(14.871)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	19	(1.476)	1.476
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(27.681)	(13.395)
Quantidade de ações no final do exercício		88.874	55.000
Lucro líquido (prejuízo) por ação		(0,31)	(0,24)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raíx Biosoluções S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(27.681)	(13.395)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangentes total do exercício	(27.681)	(13.395)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raíx Biosoluções S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	290	8.660	(1.730)	7.220
Integralização de capital	20.000	-	-	20.000
Prejuízo do exercício	-	-	(13.395)	(13.395)
Em 31 de dezembro de 2024	20.290	8.660	(15.125)	13.825
Integralização de capital	32.000	-	-	32.000
Prejuízo do exercício	-	-	(27.681)	(27.681)
Em 31 de dezembro de 2025	52.290	8.660	(42.806)	18.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raix Biosoluções S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.205)	(14.871)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e a contribuição social com o fluxo de caixa:		
Depreciação de imobilizado e direito de uso e amortização do intangível	2.982	868
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.860	1.923
Juros sobre arrendamentos	1.552	274
Baixa líquida de ativo imobilizado	551	136
Provisão para perdas esperadas de créditos	(37)	308
Provisão para perdas em estoques	4.051	2.985
Ajustes de capital de giro		
Contas a receber	907	473
Estoques	2.823	(23.597)
Tributos a recuperar	(811)	(1.476)
Outros créditos	2.001	(1.503)
Fornecedores	(6.611)	10.160
Obrigações trabalhistas	(1.845)	3.317
Obrigações tributárias	(2)	279
Outras contas a pagar	2	4
Adiantamento de clientes	(12.992)	(1.951)
Impostos pagos	-	(272)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(28.774)	(22.943)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.985)	(1.740)
Títulos e valores mobiliários	(9)	(16)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.994)	(1.756)
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – principal e juros	(35.142)	(7.193)
Captação de empréstimos e financiamentos	22.608	33.083
Pagamento de arrendamentos	(3.193)	(576)
Aumento de capital social	32.000	20.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	16.273	45.314
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(19.495)	20.615
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	27.735	7.120
No final do exercício	8.240	27.735
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(19.495)	20.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Raíx Biosoluções S.A. (“Raíx” ou “Companhia”) foi fundada em 17 de junho de 2009, com sede em São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, buscando ser referência no desenvolvimento de mixes de plantas de cobertura, atuando com foco na regeneração do solo e aumento da produtividade agrícola. A razão social Raíx Sementes S.A. foi alterada para Raíx Biosoluções S.A. em 10 de dezembro de 2024.

Em março de 2024, a Agro Leader Participações S.A. (“Agro Leader”), sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo-SP, adquiriu participação majoritária na Raíx, conforme divulgado em Nota Explicativa nº 14.

1.1. Plano de crescimento/reversão de situação econômica

Ao longo de 2025, a Companhia consolidou a estruturação operacional iniciada em 2024 e concluiu a transição para a nova unidade de Maravilha, Santa Catarina, com capacidade de armazenagem superior a 1 milhão de sacas, permitindo a internalização de processos de beneficiamento, mistura e logística.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo do exercício de R\$ 27.682 (R\$ 13.395 em 2024), resultando em prejuízos acumulados de R\$ 42.806 (R\$ 15.125 em 2024), bem como consumo de caixa das atividades operacionais em montante de R\$ 28.744 (R\$ 22.943 em 2024). Os planos da administração para a manutenção das atividades operacionais da Companhia compreendem as seguintes frentes:

- i)** Suporte financeiro do acionista controlador. Ao longo do exercício de 2025, a Agro Leader Participações S.A. realizou aporte financeiro de R\$ 32.000 na Companhia, no contexto de linha de capitalização estabelecida entre as partes, conforme divulgado em Nota Explicativa nº 14, adicionalmente com novos aportes programados para ano calendário de 2026, com parcela já integralizada conforme Nota Explicativa nº 23.
- ii)** Gestão da estrutura de capital. A Companhia mantém relacionamentos institucionais sólidos com suas contrapartes financeiras e monitora ativamente seu cronograma de obrigações em conjunto com a projeção de geração de caixa operacional, sendo avaliados negociações de potencial alongamento de dívidas junto a instituições financeiras.
- iii)** Disciplina de custos e despesas. A administração mantém disciplina na gestão de despesas operacionais, com foco em eficiência e revisão contínua da estrutura de custos.
- iv)** Gestão de estoques e capital de giro. A Companhia implementou política revisada de controle de qualidade de estoques e aprimorou os critérios de concessão de crédito a clientes, priorizando canais com histórico positivo de adimplência.

1.2. Perspectivas

A administração avalia que a categoria de mixes de sementes de cobertura mantém atratividade estrutural no mercado brasileiro, sustentada pela demanda por soluções de regeneração de solos, pela posição pioneira da Raíx na categoria e por sua rede consolidada de cooperados multiplicadores. Com base nas frentes descritas na subseção 1.1 e no suporte do acionista controlador, a administração entende que existem premissas adequadas para a continuidade das operações da Companhia.

2. Base de elaboração

A Companhia prepara suas demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e conforme as NBC TGs emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela administração em 30 de julho de 2026.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Essas demonstrações contábeis foram apresentadas em milhares de reais e todas as demonstrações contábeis apresentadas, em milhares de reais, foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Nota Explicativa nº 5 – Provisão para perdas esperadas de créditos: A Companhia aplica a abordagem simplificada do NBC TG 48. Para mensurar as perdas de créditos esperadas as contas a receber de clientes são avaliadas sob seu risco de crédito e nos dias de atraso. A taxa de perdas esperadas é baseada no perfil de pagamento e perdas de créditos históricas, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

b) Nota Explicativa nº 16 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Nota Explicativa nº 12 – Prazo do arrendamento: a Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

d) Nota Explicativa nº 12 – Taxa incremental: a Companhia avalia e determina as taxas incrementais para mensuração de seus contratos de arrendamentos de acordo com o prazo de arrendamento e seus respectivos fluxos financeiros, bem como a avaliação de risco de crédito de cada operação para fins de melhor reflexo do ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições similares.

e) Nota Explicativa nº 19 – Tributos diferidos ativos: a Companhia avalia e reconhece um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f) Análise de recuperação dos ativos não monetários – Anualmente avalia-se a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide Nota Explicativa nº 20). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- A estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – Por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

A Companhia realiza o registro contábil de garantias contábeis quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo através de: **(i)** um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida; e **(ii)** um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outro acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com a NBC TG 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na Nota Explicativa nº 20.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações contábeis com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

c) Contas a receber e perda de crédito esperada

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo e são apresentadas aos valores presentes e de realização. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída de acordo com o julgamento da administração com base em dados históricos e previsão de perdas esperadas em análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência, considerando a atual conjuntura econômica, com detalhamento do julgamento descrito na Nota Explicativa nº 5.

Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d) Imobilizado

O imobilizado do grupo é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os terrenos, registrados separadamente dos demais ativos, não são depreciados. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A vida útil fiscal para os ativos imobilizados foi como segue:

2025, 2024 e 2023	
Edifícios e construções	25 anos
Veículos	10 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Aeronave	20 anos
Containers	15 anos

e) Ativos intangíveis reconhecimento e mensuração

Os gastos com desenvolvimento do grupo são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas de software são de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Arrendamentos

O grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento conforme requerimentos da NBC TG 06 (R2), a Companhia fez adoção dessa norma no exercício de 2020, sendo aplicadas as isenções para contratos de curto prazo, contratos de arrendamento cujo ativo subjacente é de baixo valor (abaixo de R\$20) ou não há controle do ativo pela Companhia.

Passivo de arrendamento

O reconhecimento contábil do passivo de arrendamento é realizado no início do contrato ao valor presente do fluxo futuro de pagamentos mínimos brutos de PIS e Cofins, quando incidentes e sem a projeção de correções futuras do contrato, considerando o prazo do contrato e período de renovação no mesmo, quando a Companhia está certa de sua renovação, sendo está prevista em contrato ou permissível por decisão unilateral.

Para desconto do fluxo de pagamentos ao valor presente são utilizadas as taxas de juros incremental, apurada com base nas transações históricas de empréstimos e financiamentos, com os devidos ajustes para aplicação no desconto de passivos de arrendamento de ativos. O passivo de arrendamento é ajustado no aniversário dos contratos por certas remensurações em reflexo do valor presente dos ajustes nas parcelas futuras derivados de correções pelos índices definidos nos contratos. Caso ocorram acordos não monetários ou carência de pagamentos, estes fatores são considerados e ajustados nos cálculos de valor presente do passivo de arrendamento.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Ao firmar os contratos a Companhia avalia se esses contratos são ou contém arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Parcela variável no pagamento sobre os arrendamentos são registradas como custo ou despesa no resultado no período de competência.

Ativo de direito de uso de arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo equivalente do registro inicial do passivo de arrendamento e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

g) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos quando aplicável, dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo método do custo amortizado.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Ademais, todos os custos de empréstimos do grupo atualmente são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

h) Tributação

i) Sobre a renda

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos.

O IRPJ corrente e diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas de 15% acrescido de 10% sobre o lucro tributável do exercício que exceder R\$240. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de prejuízos fiscais anteriormente constituídos, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável.

A CSLL corrente e diferida é mensurada aplicando a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de bases negativas anteriormente constituídas, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável. A despesa ou receita de IRPJ ou CSLL correntes correspondem, respectivamente, aos montantes a pagar ou a restituir estimados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante de IRPJ e CSLL corrente a pagar ou a restituir é reconhecido no balanço patrimonial, respectivamente, como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor a ser pago ou restituído. É mensurado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e reconhecido como despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

ii) Sobre receita

Considerando ainda a Raix Biosoluções S.A., destaca-se que ela possui em sua operação uma gama significativa de produtos sujeitos a alíquota zero para fins de tributação de PIS e Cofins. Este fato se dá em virtude de tal classe de produtos estar atrelada a cadeia do agronegócio, sob os quais se estende a tributação a alíquota zero, conforme disposto no art. 1º da Lei nº 10.925/2004. Em relação ao ICMS possuem benefício em vendas internas, em termos de isenção de alíquota para alguns produtos, e para vendas externas possuem redução de base de cálculo, conforme disposto pelo Decreto de Lei nº 4.852/97 (Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE)) e pelos Convênios ICMS 100/97 e 52/91, disciplinados pela Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

i) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicáveis, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas contábeis, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos com necessidade de ajuste ao valor presente.

k) Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefício pós-emprego, conforme definição da NBC TG 33 (R2) – Benefícios a empregados.

l) Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais (redução de base de cálculo de ICMS) na Raix Biosoluções S.A. são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

m) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **OCPC 10 e Resolução CVM 223/24 — Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão e CBIOS:** em dezembro de 2024, foi divulgado o OCPC 10, que estabelece diretrizes para reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS. A Resolução CVM 223/24 torna obrigatória a adoção da OCPC 10 para Companhias Abertas. As políticas contábeis devem explicitar o modelo de negócios, a classificação contábil (ativo/ou estoque), os critérios de mensuração inicial e subsequente e os impactos no resultado e no patrimônio líquido.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

n) Outros aspectos associados a divulgação

i) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP

no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

ii) Impactos contábeis relacionados a mudanças climáticas

Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados nos curto e médio prazos, considerando os estudos e monitoramentos realizados.

iii) Impactos de tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos

Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos. A Administração da Companhia avaliou os potenciais impactos decorrentes de eventuais tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre a importação de produtos de origem brasileira. Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025. A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

o) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:

em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- a)** esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- b)** esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- c)** adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- d)** atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'). Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem:

- i)** orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*,

ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e

iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026.

A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações contábeis, porém não espera que resultem em impactos materiais.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações contábeis da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações contábeis primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, A Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.
- A nova norma tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações e alterações:

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações contábeis das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis.

• **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:**

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações contábeis Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis.

• **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:**

Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária;
- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.
- As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

• **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações contábeis":**

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações contábeis. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas.

Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	1
Bancos	1.124	2.187
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	7.116	25.547
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.240	27.735

(a) as aplicações financeiras da Companhia são representadas por aplicações tanto de liquidez imediata, como Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), compromissadas entre outras opções, aplicadas a uma taxa média de 109% do CDI (105% em 2023), sempre considerando perfil do investidor de risco baixo.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	6.773	7.680
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos	(271)	(308)
Total de contas a receber	6.502	7.372

a) Composição das contas a receber por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	4.951	6.878
Vencidos de:		
01 a 30 dias	278	351
31 a 60 dias	307	253
91 a 180 dias	313	-
Acima de 180 dias	924	198
Total	6.773	7.680

b) Movimentação das perdas esperadas de crédito

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(308)	-
Adições	-	(308)
Reversões	37	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(271)	(308)

6. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	17.219	5.695
Matéria-prima	27.740	35.161
Produtos em elaboração	3.647	1.491
Embalagens	2.335	2.683
Adiantamento a fornecedores	2.047	10.781
(-) Provisão para perda de estoque	(7.036)	(2.985)
Total	45.299	52.826

A administração avalia periodicamente a realização, validade dos produtos e giro dos estoques. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão no montante de R\$7.036 está relacionada a diferença entre o valor realizável líquido e o custo e provisões de perdas de produtos de baixa qualidades e resíduos. Entende-se como valor realizável líquido o valor estimado de vendas deduzido das despesas com impostos sobre vendas, fretes e comissões.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS CIAP sobre imobilizado	312	78
IPI a recuperar	6	6
IRPJ a compensar	2.541	3.595
CSLL a compensar	1.019	1.438
PIS pago antecipadamente	3.917	1.749
PIS a recuperar	254	351
Cofins a recuperar	849	870
Total	8.898	8.087

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia deduziu as subvenções fiscais para investimento da base cálculo de ICMS da base de apuração do IRPJ e CSLL, com amparo no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, que foi alterado pela Lei Complementar nº 160/2017.

A partir de 1º de janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, a Companhia não mais deduziu os incentivos de ICMS da base de cálculo do IR e da CSLL.

8. Imobilizado

8.1. Movimentação imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis	Outros	Total
Custo								
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	102	234	15	726	714	14	10	1.815
Adições	78	169	31	1.037	3	13	84	1.415
Baixas	-	-	-	(79)	(316)	-	-	(395)
Em 31 de dezembro de 2024	180	403	46	1.684	401	27	94	2.835
Adições	174	106	-	2.628	-	2.705	125	5.738
Baixas	-	-	-	(300)	(373)	(158)	-	(831)
Em 31 de dezembro de 2025	354	509	46	4.012	28	2.574	219	7.742
Depreciação acumulada								
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	(25)	(105)	(7)	(207)	(442)	(5)	(14)	(805)
Depreciação	(11)	(47)	(2)	(104)	(112)	(1)	(9)	(286)
Baixas	-	-	-	-	259	-	-	259
Em 31 de dezembro de 2024	(36)	(152)	(9)	(311)	(295)	(6)	(23)	(832)
Depreciação	(17)	(73)	(5)	(314)	(13)	(127)	(20)	(569)
Baixas	-	-	-	-	280	-	-	280
Em 31 de dezembro de 2025	(53)	(225)	(14)	(625)	(28)	(133)	(43)	(1.121)
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2024	144	251	37	1.373	106	21	71	2.003
Em 31 de dezembro de 2025	301	284	32	3.387	-	2.441	176	6.621

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não identificou indicadores de *impairment* sobre seu ativo imobilizado.

8.2. Movimentação intangível

	Software	Projeto P&D	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	130	-	130
Adições	-	324	324
Em 31 de dezembro de 2024	130	324	454
Adições	-	1.247	1.247
Em 31 de dezembro de 2025	130	1.571	1.701
Amortização acumulada			
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	(90)	-	(90)
Amortização	(22)	-	(22)
Em 31 de dezembro de 2024	(112)	-	(112)
Amortização	(5)	(246)	(251)
Em 31 de dezembro de 2025	(117)	(246)	(363)
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2024	18	324	342
Em 31 de dezembro de 2025	13	1.325	1.338

9. Arrendamentos

A Companhia arrenda imóveis, máquinas e equipamentos e veículos. Esses arrendamentos normalmente possuem duração acima de 12 meses, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano ou conforme negociação entre locador e locatário, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos dos imóveis foram em suma firmados há longa data. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos. O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 18,46% a 23,35% a.a., considerando o prazo definido dos arrendamentos, sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes.

a) Os saldos e movimento dos arrendamentos foi conforme segue:

	Ativos direito de uso	Passivo de arrendamento a pagar
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	294	(302)
Adição/ remensuração de contratos	5.059	(5.059)
Depreciação do direito de uso	(559)	-
Juros	-	(274)
Pagamentos	-	576
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.794	(5.059)
Circulante	-	(2.551)
Não circulante	4.794	(2.508)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.794	(5.059)
Adição/ remensuração de contratos	6.387	(6.387)
Depreciação do direito de uso	(2.162)	-
Juros	-	(1.552)
Pagamentos	-	3.193
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.019	(9.805)
Circulante	-	(1.504)
Não circulante	9.019	(8.301)

A Companhia não possui despesas relevantes com arrendamentos não qualificados para registro no balanço, ou despesas relevantes com parcelas variáveis de arrendamentos em 31 de dezembro de 2024. O aumento das movimentações de arrendamento (IFRS 16) em 2025 decorre principalmente da inclusão de um novo contrato classificado como arrendamento, em conformidade com os critérios estabelecidos pela norma. Trata-se do contrato de *Built to Suit (BTS)* firmado com a Oliveira Empreendimentos, referente ao imóvel onde está localizada a matriz da companhia em MH, resultando no reconhecimento adicional de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

b) O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	2.551
2026	1.504	818
2027	1.504	1.690
2028 em diante	6.797	-
Saldo	9.805	5.059

10. Empréstimos e financiamentos

	Taxa	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	Pré fixada 19,9% a.a.	24.271	31.945
Circulante		9.377	31.945
Não circulante		14.894	-

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por Alienação fiduciária, Avais dos acionistas, Hipoteca, Avalista e duplicata no valor suficiente para cobertura dos instrumentos de dívida.

a) Cronograma de vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	31.945
2026	9.377	-
2027	3.332	-
2028 em diante	11.562	-
Saldo	24.271	31.945

b) Covenants e garantias

Os contratos vigentes não possuem cláusulas de Covenants, as garantias constituídas são Avais dos sócios na proporção acionária.

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	31.945	4.132
Captação	22.608	33.083
Juros incorridos	4.860	1.923
Pagamento de juros e principal	(35.142)	(7.193)
Saldo final	24.271	31.945

11. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais a pagar	8.961	15.572

Refere-se substancialmente a produtores rurais que fornecem matéria prima para produção de mixes.

12. Adiantamento de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes (a)	23.137	36.129

(a) Compreendem, substancialmente, os adiantamentos recebidos em caixa de revendas e cooperativas agrícolas para a aquisição de Mix De Cobertura para a próxima safra a operações fixadas. Os adiantamentos de clientes existentes em 31 de dezembro de 2024, geraram, substancialmente, receita ao longo do exercício de 2025. São realizados em caixa e não tem risco de perda de margem, pois refere-se ao pagamento dos contratos, principalmente, relacionados ao embarque de Mix De Cobertura.

13. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía processos com prognóstico de perda provável, desta forma não demandando eventuais registros. A Companhia não possui processos em andamento com perda possível em 31 de dezembro de 2025 (em 2024 de R\$ 34).

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 52.290 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 20.290 em 2024), distribuídos em 88.874 ações ordinárias sem valor nominal (55.000 ações ordinárias em 2024), assim distribuídas:

	31/12/2025					31/12/2024	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Tipo	Total ações	%	Ações ordinárias	%
		Ações					
Agro Leader Participações S.A.	38.500	23.712	A	62.212	70,00%	38.500	70,00%
Jhony Andre Bertchi	8.416	5.184	B	13.600	15,30%	8.416	15,30%
Ivonar Alecio Fontaniva	4.042	2.489	B	6.531	7,35%	4.042	7,35%
Ivonei Dalla Corte	4.042	2.489	B	6.531	7,35%	4.042	7,35%
Total de ações em circulação	55.000	33.874		88.874	100%	55.000	100%

Em 08 de março de 2024, a Agro Leader, adquiriu uma participação majoritária na Raix Biosoluções S.A. Nesta data, a investidora adquiriu participação secundária e realizou um aumento de capital social na Companhia no montante de R\$20.000.

Em 07 de julho de 2025, foram subscritas 7.410 ações preferenciais “tipo A” vinculadas a Agro Leader e 3.176 “tipo B” a acionistas minoritários, mediante aumento de capital social no montante de R\$10.000. Em 11 de julho de 2025 foi realizado novo aumento de capital em montante de R\$14.000, com nova subscrição de 10.374 ações preferenciais “tipo A” e 4.446 preferenciais “tipo b”. Já em 14 de julho de 2025 foi aprovado aumento complementar de R\$ 8.000 com subscrição de 5.928 ações preferenciais “tipo A” e 2.540 “tipo b”, totalizando o montante aportado no ano calendário de 2025 em R\$32.000 e subscrição de 33.874 novas ações preferenciais.

b) Reservas de lucros

De acordo com o estatuto social vigente, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- 5% para a constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social;
- dividendos mínimos calculados à razão de 5% do lucro líquido;

- o saldo restante será destinado conforme acordo entre sócios em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

15. Receita operacional líquida

A Companhia gera receita principalmente pela comercialização de insumos biológicos.

	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de produtos	92.888	83.030
(-) Devoluções de mercadorias e produtos (i)	(30.196)	(12.231)
Receita com incentivos fiscais (ii)	4.949	5.456
(-) Impostos sobre vendas	(7.152)	(8.557)
Total	60.489	67.698

(i) A escassez de crédito bancário permaneceu como um dos principais condicionantes negativos ao longo de 2025. Com limites de financiamento insuficientes para a aquisição do pacote completo de insumos tecnológicos, o comportamento predominante dos produtores foi o de comprar apenas o essencial para a implantação da lavoura, postergando a aquisição de insumos considerados não essenciais - categoria na qual os mixes de plantas de cobertura frequentemente se enquadraram ao longo da safra. Como consequência, o número de devoluções aumentou para R\$30.196 em 2025, em comparação com R\$12.231 em 2024.

(ii) Refere-se basicamente a redução de base de cálculo de ICMS conforme divulgado em Nota Explicativa nº 3.I.

16. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos e matéria prima de produtos vendidos	37.044	43.473
Perdas em estoque	4.702	4.717
Depreciação	545	47
Gastos com pessoal	5.355	3.205
Outros custos	1.188	1.529
Total	48.834	52.971

17. Despesas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre vendas (i)	(6.331)	(3.826)
Fretes e carretos	(5.597)	(3.707)
Feiras e eventos	(975)	(1.169)
Indenizações por qualidade	1.928	(2.647)
Outras despesas comerciais	(2.022)	(1.271)
Salários e pró-labore	(4.409)	(4.488)
Encargos sociais	(1.977)	(1.481)
Férias, 13º salário e indenizações	(797)	(679)
Assistência médica/odontológica	(197)	(36)
Outras despesas com pessoal	(287)	(1.528)
Serviços de terceiros	(5.991)	(3.983)
Perdas de créditos estimadas	37	(308)
Manutenções	(303)	(133)
Aluguéis	(464)	(948)
Combustível	(639)	(494)
Depreciações e amortizações	(2.437)	(821)
Água, energia, telefone e internet	(44)	(30)
Impostos, taxas e contribuições	(502)	(422)
Fretes e carretos	-	(468)

	31/12/2025	31/12/2024
Viagens e estadias	(1.185)	(14)
Material de uso e consumo	(304)	(223)
Prêmio de seguros	(25)	(18)
Despesas indedutíveis	-	(117)
Outras despesas	(592)	(287)
Total	(33.113)	(29.098)

Apresentados como:

Despesas comerciais	(12.484)	(12.940)
Despesas de pessoal	(8.852)	(8.212)
Despesas gerais e administrativas	(11.777)	(7.946)
Total	(33.113)	(29.098)

(i) A comissão é calculada com base nos recebimentos (incluindo eventuais adiantamentos), seguindo os seguintes percentuais: 8% para o mix padrão, 10% quando há produto biológico envolvido, 10% a 11% para representantes com condições específicas acordadas com a gestão, e 1% a 3% no caso de semente solteira.

18. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira		
Descontos obtidos	77	4
Juros ativos	22	38
Rendimentos de aplicações financeiras	1.462	1.785
Total receitas financeiras	1.561	1.827
Despesa financeira		
Juros passivos	(32)	(198)
Descontos concedidos	(117)	(43)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.860)	(1.923)
Despesas bancárias diversas	(50)	(17)
IOF	(2)	(4)
Juros com arrendamentos	(1.552)	(274)
Outras despesas financeiras	-	(2)
Total despesas financeiras	(6.613)	(2.461)
Resultado financeiro líquido	(5.052)	(634)

19. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	(26.206)	(14.871)
Imposto corrente calculado com base em alíquotas vigentes (34%)	8.910	5.056
Incentivos fiscais	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(12)	105
Provisão para perdas com estoques	1.377	1.015
Base de prejuízo fiscal líquido	10.275	6.176
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.476)	1.476
Total do imposto de renda e contribuição social	(1.476)	1.476
Alíquotas efetivas	6%	10%

Movimentação de tributos diferidos

	31/12/2025	Efeito no resultado	31/12/2024
Prejuízo fiscal/base negativa	1.586	(1.365)	2.951
Provisão para perdas de crédito esperadas	92	(13)	105
Provisão para perdas com estoques	2.392	1.377	1.015
(-) Redução expectativa de compensação com geração de lucro tributável futuro	(4.070)	(1.475)	(2.595)
Total impostos diferidos ativos	-	(1.476)	1.476

A Administração preparou estudos e projeções e de forma conservadora, não reconhecendo ativo diferido sobre prejuízo fiscal neste exercício. Anualmente o cálculo será atualizado e temos expectativa de utilizar parte do prejuízo a partir de 2028.

20. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações contábeis vinculadas, contas a receber, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

Instrumentos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Ativos - custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	8.240	27.735
Contas a receber	6.502	7.372
Passivos financeiros - outros passivos		
Fornecedores	8.961	15.572
Empréstimos e financiamentos	24.271	31.945
Arrendamento a pagar	9.805	5.059

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos e foram avaliados conforme o método de avaliação Nível 2, detalhado a seguir:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações contábeis e aplicações contábeis

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações contábeis, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Arrendamentos

Os valores contábeis dos arrendamentos são registrados no início do contrato ao valor presente do fluxo futuro de pagamentos mínimos brutos de PIS e Cofins, quando incidentes e sem a projeção de correções futuras do contrato, considerando o prazo do contrato e período de renovação no mesmo, quando a Companhia está certa de sua renovação, sendo essa prevista em contrato ou permissível por decisão unilateral.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas contábeis caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros divulgados na Nota Explicativa nº 5 e representa a exposição máxima do crédito. A administração entende que não existe risco de créditos relevantes sobre outros créditos, Impostos a recuperar (Nota Explicativa nº 7).

A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, e critérios de cumprimentos de legislação trabalhista e ambiental, antes que a Companhia apresente sua proposta de limite de crédito e termo de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia que inclui ratings externos, quando disponíveis, e em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderá operar com a Companhia em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, consumidores finais, localização geográfica e existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes classificados como de “alto risco” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber quando aplicável.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Companhia conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Companhia ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Companhia.

Riscos de cambio

Os saldos de ativos e passivos financeiros são todos em reais, portanto não estão expostos a variação de cambio.

Gestão de capital

A Companhia administra o capital, para assegurar a continuidade normal de suas atividades, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota Explicativa nº 13, arrendamentos a pagar Nota Explicativa nº 12, mútuos com partes relacionadas detalhados na Nota Explicativa nº 8, deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa na Nota Explicativa nº 4 e pelo patrimônio líquido (inclui capital e lucros acumulados).

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	24.271	31.945
Arrendamento a pagar	9.805	5.059
(-) Caixa e equivalente de caixa	(8.240)	(27.735)
Dívida líquida (sobras de caixa) (A)	25.836	9.269
Total do patrimônio líquido (B)	18.144	13.825
(=) Relação dívida líquida (sobras de caixa) sobre capital	142%	67%

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de flutuação dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros oscilem devido a mudanças nos preços de mercado.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta adiante a análise de sensibilidade de taxa de juros, considerando o cenário razoavelmente provável que foi projetado com base na expectativa para 2025 emitida através do relatório focus pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa razoavelmente provável	Cenário	
			Posição em 31/12/2025	Cenário razoavelmente provável
Ativo				
Aplicações financeiras	Até 110% do CDI	16,31%	7.116	1.161

21. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica, o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que é uma indústria, logo é mais dependente de ativos tangíveis. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo dos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura em 2025
Frota de veículos	-
Seguro de vida de funcionários (i)	36x Salário do Assegurado

(i) Salário sujeito a alterações salariais. Salário varia

22. Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adição/Remensuração de contratos de arrendamento	6.387	5.059

23. Eventos subsequentes

Em 23 de abril de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, mediante o exercício parcial de bônus de subscrição anteriormente emitidos, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2024. Em decorrência da operação, foram emitidas 1.482 ações preferenciais Classe A, subscritas pela Agro Leader Participações S.A., bem como 256 ações preferenciais Classe B subscritas pelos acionistas vendedores, totalizando no montante de R\$ 2.000 de aumento do capital social. Com isso, o capital social da Companhia passou de R\$ 52.290 para R\$ 54.290.

Os recursos destinam-se ao fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, ao cumprimento de obrigações financeiras e ao suporte ao plano de negócios e expansão das operações. Em 11 de maio de 2026, a Investidora formalizou o exercício do bônus de subscrição correspondente à chamada de capital aprovada.

Nos termos do contrato de compra e venda de ações e outras avenças, a Controladora (Agro Leader Participações S.A.) permanece comprometida com a realização de investimentos adicionais mediante futuras chamadas de capital, conforme necessidade da Companhia. Após o aporte ora realizado, permanece disponível o montante de R\$ 6.000 para futuras integrações, observados os termos e condições estabelecidos contratualmente.

* * *